

## A Rússia Czarista e as origens da Revolução: um ensaio

---

Giuseppe Federico Benedini<sup>1</sup>

**Resumo:** Ensaio sintético sobre as causas remotas e imediatas da Revolução Russa que abrange, aproximadamente, o século compreendido entre a Restauração e a Primeira Guerra Mundial. O artigo foca sobretudo os aspectos políticos dos reinados sucessivos da dinastia Romanov, de Alexandre I a Nicolau II, mas serão consideradas também as mais importantes transformações sociais ocorridas na Rússia daquela época, além da gênese dos movimentos culturais e políticos de oposição ao regime czarista. O texto é apresentado em forma de ensaio, como maneira de resgatar este gênero tradicional da produção historiográfica.

**Palavras-chave:** Dinastia Romanov, Revolução Russa, Ensaio Histórico.

**Abstract:** This short essay is about remote and recent causes of Russian Revolution and comprehends, approximately, the century that goes from Restauration to First World War. The article focuses specially the political features of the successive kingdoms of the Romanov dynasty, from Alexander I to Nicholas II, but the most important social transformations happened in Russia at that time and the genesis of the cultural and political movement in opposition to the tsarist regime will be considered too. The text is presented as an essay, like a way to revival this traditional genre of historiographical production.

**Keywords:** Romanov Dynasty, Russian Revolution, Historical Essay.

Artigo recebido em 11/02/2015 e aprovado em 30/03/2015.

O presente trabalho consiste numa tentativa de retomar a tradição do ensaio, como forma privilegiada de divulgação do saber historiográfico além dos muros da academia. Este gênero narrativo, imortalizado no Brasil por autores como Euclides da Cunha e Sérgio Buarque de Hollanda, nos ajuda a lembrar do estrito parentesco que existiu entre a literatura e a história, pelo menos em suas origens. É convicção do autor, o qual normalmente desenvolve pesquisas de caráter quantitativo no âmbito da micro-história, que o necessário conúbio entre a sua disciplina e as ciências sociais, típico da produção acadêmica contemporânea, tenha preterido, no seu afã pelo rigor científico, algumas das características mais fascinantes do saber histórico, ou seja o gosto pela narração e suas propriedades estéticas inerentes. Valha este ensaio como inócuo *divertissement*, como uma etapa prazerosa na ingrata pesquisa por dados inéditos, como um reencontro com o passado: com aquele passado, feito de leituras juvenis empolgantes, que levaram a maioria dos nossos colegas, ainda jejunos de ciência, a escolher a profissão de historiador<sup>II</sup>.

\*\*\*

O brasão imperial russo, a águia bifronte, possa ser talvez a melhor metáfora para definir as atitudes ambivalentes da dinastia Romanov ao longo dos últimos dois séculos do seu reinado. Assim as escolhas de soberanos reformistas (como Pedro I, o Grande ou Alexandre II) foram imediatamente contraditas pelos seus sucessores ou, como no caso de Catarina II, renegadas frente ao precipitar dos acontecimentos. Mesmo quem não acredita na *histoire evenementielle* deverá de

Cadernos do Tempo Presente, n. 19, mar. /abr. 2015, p. 3-12 | <http://www.seer.ufs.br/index.php/tempo>

admitir que na última monarquia absoluta da Europa as decisões tomadas pelos seus autocratas tivessem uma influência significativamente maior que em qualquer outro país do continente naquela época. Resulta difícil, se não impossível, discernir o peso dos fatores psicológicos ou dos maus conselheiros, de Orlov a Rasputin, sem recair numa narração mais interessada à aparência que às continuidades, numa crônica cortesã, digna do pior Suetônio. É um fato, porém, que se analisarmos o devir histórico da Rússia, desde a Grande Guerra do Norte ao massacre de Ekaterinburg, o que mais chama a atenção é a falta de coerência política dos seus governantes, capaz de engendrar, por si mesma, poderosos elementos de contestação. E se um país certamente não se transforma ao capricho real, este último também é um fator que seria perigoso subestimar, pena no compreender a natureza íntima dos regimes absolutistas. O modo em que estes concebem o ofício de governar, concentrado nas mãos de uma única pessoa e transmitido de forma hereditária, se demonstra incapaz de sobreviver à modernidade sociopolítica, pois contradiz plenamente alguns de seus requisitos fundamentais: a impessoalidade e a divisão social do trabalho. A Rússia czarista não foi, de todas as maneiras, uma exceção no panorama europeu, somente durou mais tempo porque ali a modernidade demorou em se instalar. Pode se dizer assim que, na derradeira fase do seu governo, os Romanov conservadores tentaram em vão de se opor ao transcorrer do tempo, enquanto os modernizadores brincaram com uma caixa de Pandora, cujo conteúdo terminariam de conhecer em 1917.

Na mentalidade russa, tradicionalismo e modernização se alternaram sem jamais chegar a uma síntese entre o orgulho de ser a Terceira Roma ortodoxa, numa exaltação nacionalista tanto em versão culta como popular e, por outro lado, um complexo de inferioridade em relação à Europa Ocidental, o mesmo que levava Pedro I a cortar as barbas dos boiardos ou a elite oitocentista a empregar a língua francesa para comunicar entre si. Para bem dizer, a escuridão do passado russo termina por apagar as veleidades transformadoras do Século das Luzes, quando as defesas do Império ou da paz absolutista na Europa se viram ameaçadas: o grito de Pugacev e o sino de Valmy soaram mais alto do que as vozes de Diderot e Voltaire; a invasão napoleônica completou a obra. Daí em diante, com exceções muito limitadas, o modernismo dos Romanov se exprimirá tão somente num tardio apoio a um progresso puramente técnico. No entanto, a construção da maior ferrovia do mundo, símbolo do homem que vence o espaço físico não bastaria para preencher a distância anacrônica entre os Autocratas de Todas As Russias e seu povo, o que produzirá a revolução. Um resultado previsível, se aceitarmos o famoso teorema de Fichte, pois as paredes do aparato repressor czarista não podiam adiar indefinidamente a explosão popular. Bastou uma cega superestimação da própria força para Nicolau II abrir o repositório de todas as contradições não resolvidas do Império. E os dinastas, no trono há três séculos, caíram como frutos podres de um passado remoto.

Depois da vitória sobre o invasor, Alexandre I fez promessas de reforma que nunca manterá. O czar que conduziu os cossacos a Paris contentou-se em presentear a Europa com uma Santa Aliança, envolvendo três príncipes com diversas visões do cristianismo – um ortodoxo, um católico e um luterano – mas unidos num mesmo horizonte político: a Restauração absolutista. No país do Geral Inverno voltaram a crescer os cereais sobre os campos de batalha: nada parecia ter acontecido. As ideias liberais difundiram-se, porém, entre esses mesmos oficiais russos que tinham ajudado o czar a vencer os franceses e que as traduziram num vago apelo a mudança. Mudança que na generosa, porquanto estreita, visão de militares russos se daria necessariamente através do levante armado. Era o motim decabrista. A polícia do Czar já tinha farejado o complô e preso o seu principal ideólogo, o coronel Pestel, da jacobina Sociedade do Sul. Isto não foi suficiente a impedir a rebelião de oficiais e soldados que, em dezembro de 1825, deveriam jurar fidelidade ao novo imperador, Nicolau I. Mas o filho do Czar defunto respondeu imediatamente com a repressão e decapitou o movimento em poucos dias, condenando a morte seus chefes, dentre os quais se contavam uns quantos civis. O exército foi disciplinado com mão de ferro por Nicolau I, que o transformou no instrumento para sufocar as aspirações de liberdade dos povos sujeitados (“A ordem reina em Versóvia”, se dizia em 1831) e defender o absolutismo mesmo fora das fronteiras, como

em 1848, em Viena. A polícia, ou outro braço do seu poder, vigiava incansavelmente os habitantes das cidades russas. Durante a longa noite que foi o reinado deste monarca-sargento, uma capa de trevas pairou sobre seus súditos. Não se podia dizer, porém, que todos tivessem se resignado ao conformismo: se é verdade que a *intelligentsia* burguesa dos literatos, engenheiros e burocratas ficava na expectativa covarde de uma improvável mudança vinda do interior do próprio poder, entre 1830 e 1849, houve nada menos que 378 levantes camponeses. Uma quantidade impressionante, que teria produzido efeitos decuplicados em relação ao Grande Medo de '89, se só não tivessem acontecido na imensidão do espaço russo.

O camponês russo, o “cristão”, como definia a si mesmo, era, ao mesmo tempo, o custódio fundamental das tradições russas e o maior interessado numa mudança radical. Suas condições materiais, jurídicas e morais, eram incomparáveis mesmo às dos mais pobres trabalhadores rurais europeus, preso como ainda era a uma servidão medieval, podendo ser vendido junto com a terra que cultivava. Faminto na maior parte do ano, compensava a falta de nutrimento sólido com abundantes libações de vodca e sonhava a olhos abertos com um Czar que vivia num palácio distante e viria, um dia, para resgatar os miseráveis. Coletivista por imposição, se figurava uma pequena propriedade onde sofrer junto com seus filhos para cultivar grão e tirar tubérculos de baixo do gelo. Quando, em vez, o sol dos verões continentais lhes queimava a cabeça, estes camponeses deviam se perguntar, olhando para o horizonte infinito, o porquê de tanta injustiça. Quem conhece os extremos não pode se contentar somente em viver. Assim, bastava a lembrança daquela geada fora de época que os havia privado de alimentos, para que estes pacíficos campônios tomassem nas mãos suas ferramentas e as transformassem em armas, para atacar a residência rural do patrão, que voltava da Corte ou do seu palácio em Moscou. O pai do grande Dostoievski, morto pelos seus servos, não fora mais que uma figura típica na Rússia daquele tempo: a manifestação do único poder diretamente conhecido pelo camponês russo, o da aristocracia local. Os “ataques ao castelo” tinham, todavia, limitado alcance, uma vez que aconteciam a dezenas, centenas ou milhares de léguas uns dos outros, sem nenhuma possibilidade material de se unirem numa revolução. E num país feudal seu destino era selado com a chegada do exercito, a violência, o saque, a punição pública dos culpados, a morte e mais fome para os supérstites. A ordem reinaria mais uma vez e os rebeldes voltariam a serem os bons cristãos de sempre, fatalistas e resignados, pelo menos até outro verão.

Muito pouco preocupado com os seus súditos, o ambicioso Nicolau I se ocupara demais de política exterior. A pretensão de se arrogar o papel de protetor dos ortodoxos dos Balcãs sob o jugo da Grande Porta, não escondia seus apetites territoriais, sua ânsia por ver cavalgar os cossacos nas praias do Mediterrâneo. Os turcos, como era possível de se prever, não foram capazes de opor resistência, mas para esta vitória de Pirro contra outro império anacrônico, Nicolau I sacrificou o equilíbrio diplomático sancionado em Viena, quarenta anos antes. Nesta segunda fase da Questão de Oriente, a marinha inglesa, o manípulo de piemonteses e os soldados do Pequeno Napoleão vinham como inimigos e não mais para, com a ajuda do Czar, libertar a Grécia romântica de Byron e Santarosa, o país que Nicolau imaginara como uma ponte da Terceira Roma lançada no mar meridional. A guerra que inspirará a ação filantrópica da Cruz Vermelha foi a última de Nicolau I que falecera longe dos campos de batalha. Fora seu filho, Alexandre II, que teve de firmar a paz com os vencedores, em condições não de todo desfavoráveis no plano internacional, mas na qualidade de vencido. Ademais, no plano interno, a guerra quis dizer mobilização da reserva, de soldados que, nos seus vinte e cinco anos de serviço militar, nunca teriam visto o estrangeiro frente a frente. Indivíduos que, exceção feita pelas tropas de fronteira, teriam passado a parte essencial da sua vida no reparto, marchando, realizando obras de suposta utilidade e, eventualmente, atacando servos rebeldes. Para estes soldados o inimigo era o próprio povo dos quais eles provinham, mesmo que de uma região distante que a deles. Agiam por dever e venciam facilmente, sem contar que a deserção era difusa e, em ocasiões, lhe permitia de se transformarem em andarilhos ou, com sorte, em colonos esquecidos pela autoridade. A guerra de Criméia mostrou ao soldado russo que na realidade ela era, frente ao inimigo, uma vítima da inferioridade na organização do exercito czarista,

um bode expiatório do atraso técnico de seu país enviado a sustentar as muralhas de Sebastópolis. Para quem era capaz de entender tal conceito, a derrota na Criméia foi primeira grande humilhação nacional.

Frente à ameaça concreta dos militares e dos camponeses e à crescente oposição ideológica entre os círculos ilustrados, Alexandre II se apresentou como um jovem soberano reformista. Foi inicialmente por prudência, mas, quem sabe, talvez pensasse que somente os Czares deste cunho poderiam ser chamados de Grandes. Assim, para cativar a benevolência da elite educada concedeu primeiramente as liberdades liberais: diminuiu o controle da polícia sobre as universidades e o da censura sobre a imprensa. Seis anos após da sua subida ao trono, porém, em 19 de fevereiro de 1861, é que deixaria seu marco na história, com o *ukaz* que abolia a servidão da gleba. Foi uma mudança revolucionária, sem dúvida muito tardia em relação ao padrão europeu, mas que precedeu no tempo a emancipação dos escravos em outros países, como Estados Unidos e Brasil. Vale ressaltar, todavia, que o gradualismo na aplicação da reforma alexandrina conseguiu descontentar latifundiários e camponeses ao mesmo tempo. Os primeiros, que ficaram com a propriedade das superfícies melhores, aquelas às quais, de fato, haviam conseguido dar alguma utilidade, perderam seus direitos sobre cerca de 2/3 de suas terras e, mais ainda, sobre as “almas” dos camponeses. Estes – havia aproximadamente 47 milhões de servos no Império, então – para se tornarem proprietários plenos deviam pagar um resgate, sob forma de indenização em dinheiro ao antigo senhor ou ao czar, caso tivessem ocupado lotes estatais. O capitalismo nas campanhas russas foi implantado como um frutífero exótico em solo geado e não há de se admirar que não tenha prosperado. O dinheiro do resgate serviu à aristocracia russa para pagar suas dívidas de jogo, mais do que para modernizar suas fazendas. A própria estrutura de mercado, que agora se voltava também para exportação, contribuiu para arrasar o equilíbrio miserável em que vivia há séculos o mundo rural. Para poder competir com os latifundiários, os ex-servos eram obrigados a seguir trabalhando coletivamente e, para pagar o resgate, tinham de vender sua produção, em prejuízo do autoconsumo. A fome mordida como dantes e, apesar dos sacrifícios de gerações sucessivas, às vésperas da Revolução, sessenta anos mais tarde, havia ainda legiões de camponeses sem terra. Somente sob o ponto de vista do direito pode-se dizer que o decreto de Alexandre II tenha efetivamente melhorado a situação da Rússia rural, pois a instituição de tribunais públicos locais, no lugar da justiça do senhor, ou a diminuição do tempo do serviço militar (que, porém, ainda previa seis anos no efetivo e nove na reserva) chegaram como um bálsamo nas chagas dos servos emancipados. No tocante à política, em vez, a *obscina* ou *mir*, a comunidade ou vilarejo camponês, obteve muito pouco poder ao interno da primeira instituição representativa local: o *zemstvo*, ou conselho municipal eletivo. Os assentos deste ficaram apanágio dos burocratas vindos da cidade, que representavam a burguesia, de uns poucos comerciantes abastados e, sobretudo, dos representantes da antiga nobreza local. Lembrando que o voto dos camponeses valia por um terço do total na eleição do *zemstvo*, vale dizer também que este não tinha muito poder de negociação em frente às ordens do governo. Os conceitos liberais com os quais seus conselheiros se manifestavam para criticar, em vão, as imposições da administração central revelavam como prova cabal a sua impotência.

Um efeito secundário das reformas de Alexandre II foi que os habitantes das cidades começaram a se interessar pelo que acontecia no campo. A obra de Aksakov sobre “as condições internas da Rússia”, não só inspirara o soberano à qual foi dedicada, como diversos intelectuais da oposição que passaram a enxergar na população rural o repositório dos valores autenticamente nacionais, sobre os quais se fundaria uma nova era. Que fossem embebedos de tradicionalismo paternalista ou que pregassem a desaparecimento de todo vestígio feudal em nome da modernidade, os Populistas, como foram chamados, eram uma ameaça para o sistema. Apesar do juízo que pode ser dado sobre o êxodo de universitários que passaram os verões de 1874 e 1875 nas *isbas*, tentando passar seus conhecimentos teóricos a camponeses estupefatos, é inegável como aí se dera, pela primeira vez na Rússia, uma convivência de tipo informal entre duas realidades que tinham ficado distantes por centenas de anos. Genuínos habitantes da cidade ou senhores rurais esclarecidos (Lev Tolstói é o exemplo mais conhecido deste segundo grupo) que aí passavam a maior parte do seu

tempo, eles tentaram esconder as inevitáveis hierarquias e se ensimesmar na vida camponesa. Assim fazendo revelavam aos antigos servos a debilidade do regime czarista que os temia, mais de quanto eles poderiam imaginar. Os intelectuais propagaram, por quanto possível, suas ideias revolucionárias e os camponeses lhe estimularam, por assim dizer, a determinação. Bakunin, exilado na Europa, se convenceu, contrariando Marx, que a revolução na Rússia seria possível por meio dos camponeses, que teriam suprido à ausência de uma classe proletária industrial. Herzen e Lavrov difundiram o socialismo utópico no interior da Rússia. E assim como o liberalismo difuso entre os oficiais do exército teve como êxito o levante decabrista de 1825, o movimento populista e a anarquia bakuniniana pariram, na segunda metade do século, o socialismo revolucionário russo e sua versão urbana: o niilismo. Esta palavra, que aparece com evidente objetivo denegatório na obra de Turguenev, “Pais e Filhos”, era destinada a entrar para história para traduzir, com uma curiosa inversão semântica, as ideias do positivismo ocidental na negação de todos os valores tradicionais da Rússia feudal. Quando, em 1879, foi fundado o movimento *Narodnaja volja* (“a Vontade popular”) os populistas já tinham escolhido a luta armada, o terrorismo como reação à política repressiva do czar. O Império, mais uma vez, estava no meio de um conflito internacional (a guerra russo-turca 1878-79) e agora Alexandre II escolhera reagir com dureza, assim como teriam feito seus antecessores, à voz da oposição. O soberano reformador foi condenado a morrer como um tirano pelos anarco-populistas e, após vários atentados fracassados, o Czar pereceu junto com o niilista Ignatij Grinevickij, em 1881. O estrondo daquelas duas granadas, lançadas embaixo da carroça imperial, foi logo abafado por mais gritos de dor.

Alexandre III Romanov interpretou a morte do pai como um produto das aberturas liberais daquele, e agiu de consequência. Graças ao auxílio de ministros reacionários como Pobedonoscev e o conde Tolstoj, o czar conseguiu debelar o terrorismo, implantando, porém, o Terror de estado. Voltou a dar mão livre à polícia e a grupos de facínoras, como os Cem Pretos, que se abandonaram ao saqueio das aldeias e aos pogroms contra os judeus. Um atentado contra a sua pessoa, em 1887, foi descoberto ainda antes que eclodisse e levou a condenação à morte dos seus organizadores. Dentre estes havia o populista Alexandr Il’ic Ul’janov, de 21 anos, irmão maior de Vladimir Lenin. O espaço de expressão do sentimento oposicionista, mesmo o que recorria a meios inócuos, se restringiu de forma dramática. As universidades foram maciçamente infiltradas de agentes da polícia enquanto o ensino era novamente posto sobre a supervisão da igreja ortodoxa. Os conselheiros dos *zemtvo* viram limitar-se mais ainda seu poder com respeito às ordens da burocracia central. Não há de se admirar como, durante o fosco reinado deste autócrata, as fugas do império russo, a emigração de milhares de desesperados e o exílio dos intelectuais, subtraíssem ao país suas melhores forças.

As trevas do absolutismo voltaram a cobrir as últimas décadas do czarismo, ainda que algumas luzes das reformas alexandrinas não tivessem se apagado do todo. Enquanto nos campos uma pequena fração de camponeses proprietários, os *mugik*, começava a se formar, as mudanças mais surpreendentes se relacionavam ao progresso técnico. A ferrovia, o próprio símbolo da modernidade oitocentista, percorria, em 1880, 22.403 quilômetros de solo russo, vinte vezes mais que em 1861. Entre 1885 e 1905 será construída a ferrovia mais longa do mundo, a Transiberiana, para unir o país de ponta a ponta. Estes são também os anos nos quais se forma o proletariado das fábricas, o alicerce fundamental das futuras revoluções. A industrialização na Rússia foi promovida pelo estado, a única instituição nacional que possuía recursos suficientes como para fazê-lo, e financiada em boa parte por capitais franceses e ingleses, que tinham interesse em investir no país, considerando os altos juros que dele recebiam. Pelo fato que chegaram tardiamente, as fábricas na Rússia eram entre as mais modernas do planeta, das que se dedicavam à produção de semitrabalhados e bens de capital. A concentração geográfica – perto dos dois maiores centros urbanos, como também em regiões mais distantes, porém ricas em minerais, como os Urais e a Transcaucásia – e de mão de obra – em 1905 o 50% dos trabalhadores industriais russos se encontrava em fábricas com mais de 1.000 operários, uma proporção única no mundo – eram seus traços marcantes. No mais, a condição dos operários, camponeses sem terra atraídos por míseros

salários, era lamentável. Os horrores da primitiva revolução industrial, a degradação da Inglaterra dickensiana, reviveram nas portas da Ásia, entre trabalhadores enquadrados numa rígida disciplina militar para os quais, é supérfluo lembrar, não eram admitidas greves. A principal diferença para com o ocidente industrial, mesmo nos seus primórdios, era que na Rússia as empresas foram sempre dirigidas pelo estado. Isto servirá certamente de modelo para o “milagre estalinista” da década de 1930, mas no imediato criara as condições para o dissenso proletário. O operariado russo não tinha um patrão, tinha oficiais e contra eles endereçava seus ressentimentos. Mas que a uma comunidade rural, a fábrica russa se assemelhava a um regimento do exercito imperial, a um conjunto de homens portadores de interesses iguais frente a uma violência anônima que, em última razão, era reconduzível ao Czar. Na dureza do trabalho nas minas e nas indústrias o povo russo renegou os *pope* da aldeia e a imagem paterna da autocracia, esqueceu o senhor feudal, mas descobriu outra face abjeta do poder. A propaganda dos populistas e anárquicos, que acreditavam ser possível para a Rússia evitar as dores da industrialização e alcançar diretamente o nirvana socialista, a sociedade sem exploradores nem explorados, ecoava num som ridículo nas profundezas das minas de ferro ou ao redor dos moinhos de alabastro siberiano. As únicas palavras que podiam ser ouvidas pelas tropas concentradas dos operários eram as que deles falavam, as que já tinham conquistado a alma do proletariado de meia Europa, o verbo da revolução proletária e da luta sindical, o socialismo na sua vertente marxista.

Marx, que viveu seus últimos trinta e cinco anos em Londres, na capital mundial da indústria que então conhecia sua primeira crise de superprodução, não gostava dos russos. Não se tratava tão somente de um reflexo condicionado oitocentista, de xenofobia teutónica alimentada pelo *Zeitgeist*: seu sistema ideológico considerava os russos inúteis para a causa da revolução proletária, pois viviam num país ainda feudal, eram servos barbarizados que nem chegaram a formar uma burguesia empreendedora. A sua inimizade intelectual com Bakunin derivava justamente do fato que, segundo este, a revolução popular era possível, no seu país, a partir das aldeias camponesas, enquanto Marx achava que a única força revolucionária possível eram os operários das fábricas, quando unidos em uma classe. O dogma anarquista, a ideia de suprimir o estado - que poderia ter ocorrido a Bakunin da sua experiência como soldado do Czar - nem era considerada pelo filósofo de Trier, que entendia o poder político como mera superestrutura das relações econômicas de classe. Ele pensava na realidade que via ao seu redor, na monarquia que reinava sem governar, na luta das *trade unions* contra a burguesia industrial, no centro do mundo capitalista. Fora daí não conseguia imaginar sua revolução. Marx não conhecia a sociedade russa, porém, o que é mais importante, achava que a tomada revolucionária do estado, qualquer estado, pela classe proletária poderia implantar *ipso facto* o socialismo. Não há se admirar, portanto, que os exilados políticos russos, os quais conheceram sim a dureza dos campos de trabalho e dos regimentos imperiais, tenham aceitado suas teses em vez da estratégia sem tática do compatriota Bakunin.

Concordes na crítica ao populismo ruralista, os marxistas se uniram, em 1898, em Minsk, no Partido Operário Social Democrático Russo que, como o próprio nome sugere, havia se inspirado ao seu homólogo alemão. Mas enquanto o socialismo alemão e, em geral, o da Europa Ocidental, mesmo aceitando oficialmente o dogma de Kautsky, de fato deixara a bandeira da revolução nas mãos dos anarquistas e concentrara-se na luta sindical, os russos acreditavam de verdade nos princípios reafirmados pela II Internacional. De resto, as observações de Bernstein acerca da melhora da condição dos operários com respeito à época de Marx, conseguida graças ao método das greves (já legalizadas em muitos países europeus), não condiziam com a realidade da Rússia. Os integrantes do novo partido deviam se confrontar com um operariado de formação recente, sem nenhuma consciência de classe e submetido ao controle constante dos responsáveis da fábrica. A própria ação dos militantes era coibida pela polícia czarista, tanto que o segundo congresso do Partido Operário Social Democrático Russo foi celebrado no exílio, em Londres e Bruxelas, em 1903. Aqui, no momento de escolher quem dirigiria o jornal partidário, *Iskra*, se produziu a ruptura entre o grupo que conquistara a maioria (bolcheviques) e os que ficaram em minoria

(mencheviques), ruptura insanável que levaria mais tarde à criação de duas formações políticas diferentes. As divergências se instalavam no próprio plano ideológico, uma vez que os Mencheviques, que apesar do nome eram mais numerosos, propugnavam uma versão mais ortodoxa do marxismo. No plano da organização eles pensavam ao partido como um núcleo dirigente, periodicamente renovado através de eleições, apoiado por simpatizantes de todas as classes, assim como acontecia no Ocidente. Seus maiores expoentes, Axel'Rod e Martov, estavam convencidos que a revolução proletária na Rússia deveria ser precedida necessariamente por uma revolução burguesa, nos moldes franceses, e que o operariado russo teria que passar pelo mesmo aprendizado político dos seus companheiros ocidentais. Ignorando cabalmente a inexistência de um empresariado privado nacional, alguns Mencheviques chegaram até a enxergar na Revolução de 1905 o simulacro da tanto aguardada revolução burguesa, achando assim uma nova justificativa à sua tática temporizadora. Sem nunca adotar o paradigma reformista, os Mencheviques se acomodaram na ideia que o tempo jogava em favor de uma revolução que eles pensavam liderar. Os acontecimentos de 1905 os levariam a colaborar com o progressismo burguês (que eles identificavam nos liberais dos *zemtvo*, nos cadetes da aristocracia), o que, todavia, não os amparará da repressão czarista.

Mais conscientes da realidade nacional eram os heterodoxos Bolcheviques. Vladimir, Il'ic Uljanov, Lenin, seu principal ideólogo, sintetizou sua atitude pragmática no opúsculo “O que fazer?”, de 1902. Ele escrevia que uma organização aberta e democrática, igual ao SPD alemão, teria sido inviável para combater um regime que empregava o terror policial em larga escala. Em sua opinião, o método conspirativo continuava sendo o mais apto para preparar a revolução na Rússia, a pacto que este fosse conduzido por um grupo restrito, que operasse em segredo com o fim de promover a tomada do poder pelos operários. Esta vanguarda, quase uma elite de revolucionários profissionais, lembrava mais os niilistas e os jacobinos da Revolução Francesa do que as modernas lideranças marxistas. Isto foi o motivo inicial de repúdio das teses leninistas por parte de expoentes do menchevismo (Lev Davidov'ic Bronstein, Trockij) ou do socialismo internacional (Rosa Luxemburg), mas o fato que ambos, anos mais tarde, acabassem por aderir à estratégia leninista – o primeiro unindo-se aos Bolcheviques, a segunda imitando-lhes o exemplo – demonstraria quão fosse acertada sua visão histórica. A tática conspirativa mancomunava o leninismo com aquela que continuava sendo, apesar de tudo, a principal força da esquerda russa: o anarco-populismo. Este congregara suas fileiras no Partido Social Revolucionário Russo, fundado em 1900, que pregava antes de tudo a nacionalização da terra e sua redistribuição às comunas camponesas. Nos anos pré-revolucionários, porém, seus trunfos se limitaram, mais uma vez, a espetaculares ações terroristas, como os assassinatos do ministro dos assuntos interiores, isto é, do chefe da polícia, Pleve, em 1904, e do chanceler modernizador, “o carrasco” Stolypin, em 1911. Quanto à iniciativa revolucionária os Socialistas Revolucionários tiveram de se contentar, igual que os Mencheviques, com um papel secundário e o agravante, em relação a estes últimos, de que aqueles dispunham, em potencial, de uma massa de apoio muito maior. Carecendo de uma estratégia mais sofisticada e de um escasso poder de mobilização, os últimos anarco-populistas, conseguiram produzir apenas um Kerenskij, uma guia sem competência, incapaz de parar a máquina de guerra acionada pelo Czar deposto. Quando, após a Revolução de Outubro, o Partido Social Revolucionário conseguiu ainda triunfar nas únicas eleições verdadeiramente democráticas jamais antes celebradas na Rússia, ele não foi capaz de resistir à dissolução da Assembleia Constituinte, imposta por seu presidente, Sverdlov, no fim de sua primeira sessão. Assim os anarco-populistas, que nunca conseguiram ameaçar realmente o poder do Czar, tampouco conseguiram impedir a instalação da ditadura bolchevique.

A eclosão da Revolução Russa não se pode explicar apenas pelas contradições sociais que caracterizavam o Império nem pela ação dos grupos dissidentes. Os mesmos fatores estruturais se fizeram presentes por muito tempo antes de chegarem ao ponto de ruptura. Por outro lado, a força dos acontecimentos não poderia ser atribuída somente às decisões de grupos estranhos ao poder. A verdade é que boa parte da responsabilidade recai sobre os ombros da classe dirigente que

sustentava a dinastia Romanov e do Czar que ascendera ao trono em 1894: Nicolau II, o Último. Este déspota anacrônico resultou ser uma pálida copia do seu pai e uma caricatura do seu homônimo antecessor, erguendo-se em campeão da autocracia tradicional e da expansão militar do império numa época na qual a prudência, tanto nas relações exteriores quanto nas internas, teria sido mais aconselhável. Há de se imaginar qual fosse a atitude de um soberano deste quilate frente à difusão das ideias marxistas e da oposição em geral. Até o único grupo que aceitava a monarquia, na forma parlamentar de tipo inglês, em seus programas futuros – ou seja, os liberais – foi desiludido em suas esperanças pelo novo Czar, quando este afirmou, diante dos representantes reunidos da aristocracia rural – os conselheiros dos *zemtvo* – que nunca aceitaria sua participação no governo interno. Como se não bastasse, as inclinações deste soberano pouco sábio o levaram a uma política exterior muito ambiciosa quanto estrábica, que olhava tanto ao oeste que ao extremo leste. Os czares, desde o fim das invasões tártaras, estavam acostumados a considerar a Ásia como território de conquista; desde os samoiedos aos chukchi jacutianos, desde os esquimós aos turcos do Cáucaso e do Cáspio, nenhuma população tinha conseguido deter até então o avanço das tropas da Águia Bifronte. Em 1903, por causa de uns portos da Manchúria, estas tomaram enfim conhecimento de sua inferioridade diante da determinação e da organização logística da marinha e dos grupos de assalto de uma pequena e moderníssima potência industrial: o Japão. A lição da Criméia se repetiu, assim, meio século depois, para lembrar aos generais russos que sua força residia apenas no número de soldados e na cavalaria, uma arma já em desuso dentro das fronteiras do mundo civilizado. O desastre de Port Arthur impunha outro limite à expansão russa, mas, sobretudo, constituía uma vergonha para os militares. A nação, desta vez no sentido do povo, não demoraria a experimentar sobre sua própria pele a frustração dos oficiais do exército.

Era um domingo gelado de janeiro quando pelo menos 140 mil pessoas se dirigiram, erguendo ícones sagrados e retratos do Czar, até a residência deste em São Petersburgo, o Palácio de Inverno. A multidão tinha sido reunida por um padre, Giorgij Gapon, já organizador de ligas camponesas e figura bastante suspeita por ser considerado um provocador em contato com a polícia. Os motivos que tinham feito sair de casa essas pessoas excediam, de todas as maneiras, os de Gapon, quaisquer que estes fossem: elas queriam a volta dos soldados e comida na mesa. A guerra, além de arrancar os filhos das casas, tinha piorado as condições da população, especialmente dos habitantes das cidades, vítimas dos especuladores que se aproveitavam do desabastecimento. Obviamente as reivindicações dos opositores do regime, como a liberdade pelos prisioneiros políticos, se misturavam aos desejos dos demais. A atitude da multidão em marcha era, todavia, pacífica, moldada por uma sincera expectativa mais do que pela hostilidade em relação ao Czar. Foi naquele dia que ela perdeu sua inocência, quando a guarda imperial abriu o fogo. Cerca de três mil russos morreram ou foram feridos nesse domingo sangrento em frente ao Palácio de Inverno. Um palácio vazio, ademais, pois Nicolau II não estava lá. Caía para sempre o mito do pai do povo, se apagava o retrato do príncipe que olhava, sério e benevolente, dentro das casas de todo bom russo. Não haveria mais perdão. Foi proclamada uma greve geral em todo o país, se organizaram conselhos de fábricas e conselhos de delegados deles. Se constituíram assim os primeiros Soviets, com Trotskij em São Petersburgo e outros líderes revolucionários em Moscou e nos principais centros industriais. Até unidades do exército e da armada, como os heroicos marinheiros do encouraçado Potemkin, se rebelaram aos seus superiores. A revolução pareceu triunfar quando, em outubro, o czar cedeu às insistências do seu primeiro ministro, Vitte, e prometeu convocar uma assembleia representativa, a Duma, mas se tratava de uma vitória efêmera. Já no maio de 1906 Vitte foi despedido e das concessões soberanas não ficaram mais do que as aparências.

Entre 1906 e 1914 a Rússia teve uma caricatura de governo representativo: a primeira Duma foi dissolvida pelo czar quando esta apresentou propostas consideradas como demasiado radicais; a segunda, convocada quase um ano depois, em 1907, e que viu a participação tática dos bolcheviques, durou apenas quatro meses; a terceira e a quarta Duma já representavam apenas os interesses da aristocracia mais fiel a Nicolau. Nem as outras promessas, ou seja, aquelas liberdades civis e políticas que outrora bastaram a satisfazer a oposição liberal foram mantidas. Não houve



atenuação dos controles policiais e sim sua intensificação, tanto que personagens como Lenin tiveram que retomar a via do exílio. A população judaica do império voltou a ser duramente perseguida, como durante o pogrom de 1908, e também foi obrigada a abandonar maciçamente suas terras ou a aceitar de correr risco vida todos os dias. Contra as colônias hebraicas constituídas por Alexandre II, se tentava agora dirigir a insatisfação dos camponeses, que o novo primeiro ministro, Stolypin, pensou em favorecer dividindo a propriedade coletiva dos *mir*. Esta teria podido ser uma reforma extraordinária, se o camponês russo estivesse em condições mínimas de se tornar dono de uma propriedade fundiária competitiva no mercado, mas, sobretudo, se qualquer manifestação de insatisfação da população rural não acarretasse, como sempre, sangrenta repressão. Nas mesmas condições socioeconômicas e num clima político ainda pior que na virada do século, onde, porém, a experiência revolucionária já havia deitado raízes, a Rússia imperial se lançara na sua última aventura, a qual será fatal ao regime absolutista: a Grande Guerra de 1914.

A entrada da Rússia na Primeira Guerra Mundial pode ser interpretada, do ponto de vista da história diplomática, como uma consequência da bi-decenal aliança franco-russa ou dos tratados da *Triple Entente* (1907), assim como da agressiva política de influência nos Bálcãs ou, ainda, da fase armamentista que vivia então toda a Europa. Sob o viés estratégico esta foi, antes de tudo, um estrondoso erro de avaliação das forças nacionais por parte do governo czarista. Vozes contrárias se elevaram ao interno do circuito do poder, mas não conseguiram fazer desistir Nicolau II de se empenhar no conflito. Assim, até a paz de Brest-Litovsk, assinada pelos bolcheviques, a Rússia só vai conhecer derrotas humilhantes frente aos Impérios Centrais. O que é mais importante, porém, é que a guerra desencadeara de uma vez por todas as forças da Revolução. O exército desmoralizado foi o crisol onde, se fundira o descontentamento social, pela ação dos propagandistas da oposição. Camponeses armados passaram a colaborar mais estreitamente com os intelectuais e os operários da cidade que se levantaram contra o imperador. No caos fecundo em que se tinham transformado Petrogrado (o novo nome da capital) e Moscou a repressão já não funcionava mais. As unidades militares desertavam em bloco e se uniam aos revolucionários, a polícia entregava seus fuzis. Nicolau II, mais uma vez, interpretara mal a situação e, com um derradeiro gesto de autoridade, ordenou o fechamento da *Duma*, confiando no socorro de algumas divisões ainda fiéis. Este auxílio, porém, nunca chegou ao seu destino, pois fora bloqueado pela ação de sabotagem dos trabalhadores das ferrovias, que já respondiam unicamente ao Soviet dos soldados e dos operários. As forças da Revolução conseguiram assim tomar de assalto às cárceres, libertar os prisioneiros políticos e deter, em seu lugar, os ministros czaristas. A iniciativa popular precedeu e tornou inútil a conjuração palaciana que se preparava há um tempo contra Nicolau II: em março de 1917 o último Czar abdicou do trono, o qual ficou vacante pela sucessiva renúncia do grã-duque Miguel. Era o fim do império dos Romanov. Marchando de longe, o inimigo estrangeiro se aproximava ao coração da pátria precedido pelo seu cavalo de Tróia: o trem blindado que levava Lenin à estação de Finlândia. O novo governo provisório, inicialmente dominado por nobres e cadetes da nobreza, preferiu não deliberar, portanto, sobre a natureza constitucional do regime futuro e prosseguir o conflito internacional começado por Nicolau, com os mesmos efeitos desastrosos. A guerra, que já se espalhara dentro das próprias fronteiras, selou o destino de ambos: o governo provisório caiu em outubro, arrasado pela Revolução Bolchevique e, em seguida, o Czar deposto foi fuzilado junto com sua mulher, seus filhos e seus últimos servidores numa remota localidade dos Urais, no verão de 1918.

## Notas

---

<sup>1</sup> Doutor em “Teoria e História da Formação das Classes Políticas” pela Universidade de Roma 3. Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

---

<sup>II</sup> Este artigo foi pensado a partir da homônima palestra proferida pelo autor durante o evento “Outubro Vermelho”, organizado pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais da Universidade do Estado da Bahia, em data 16 de outubro de 2013. URL: <http://unebciso2012.blogspot.com.br/2013/10/outubro-vermelho-ja-comecou.html>.

## Referências

DOSTOIEVSKI, Fiódor. *Recordações da casa dos mortos*. Tradução de José Geraldo Vieira. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MEYER, Arno. *A força da tradição: a persistência do Antigo Regime*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MILNEY-GULLAND, Robin; DEJEVSKY, Nikolai (orgs.). *Atlante della Russia e dell'Unione Sovietica*. Novara: Istituto Geografico De Agostini, 1991.

REMOND, René. *O século XIX: 1815-1914*. Tradução de Frederico Pessoa. São Paulo: Cultrix, 1976.

SALVADORI, Massimo. *Storia dell'età contemporanea. Dalla restaurazione a oggi*. Torino: Loescher, 1994.

SALTYKOV-ŠČEDRIN, Michail E. *Fatti d'altri tempi nel distretto di Pošechon'je*. Macerata: Quodlibet, 2013.

SARAIVA, José Flavio Sombra (org.). *História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

TCHEKOV, Anton. *As Três Irmãs/Contos*. Tradução de Maria Jacintha e Boris Schneiderman. São Paulo: Abril/Victor Civita, 1982.

TOLSTOI, Leon. *Morte de Ivan Ilitch e Senhores e servos*. Tradução de Ana Weiberg e Ary De Andrade. Rio de Janeiro: BUP, 1963.

TROTSKI, Leon. *Como Fizemos a Revolução*. Tradução de Roberto Goldkorn. São Paulo: Global, 1978.

TURGUÊNIEV, Ivan. *Pais e filhos*. Tradução de Ivan Emilianovitch. São Paulo: Martin Claret, 2006.